

Demonstrações Financeiras

PCN Suzano SPE S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

PCN Suzano SPE S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretoria da
PCN Suzano SPE S.A.
Suzano - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PCN Suzano SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PCN Suzano SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte (MG), 16 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-015199/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Daniel Cruz Arantes Campos', written over a faint circular stamp or watermark.

Daniel Cruz Arantes Campos
Contador CRC-MG091263/O

PCN Suzano SPE S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	256	552
Contas a receber de clientes	4	1.499	1.781
Impostos e contribuições a recuperar	5	150	2
Despesas antecipadas		48	96
Outros ativos		225	328
Total do ativo circulante		2.178	2.759
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	16.b	343	124
Imobilizado	7.a	9.478	8.726
Intangível		24	21
Total do ativo não circulante		9.845	8.871
Total do ativo		12.023	11.630
Passivo circulante			
Fornecedores	9	1.507	1.549
Empréstimos e financiamentos	8	2.213	1.999
Obrigações trabalhistas	10	481	364
Obrigações tributárias	11	222	236
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	4
Total do passivo circulante		4.423	4.152
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	1.812	3.764
Mútuo com partes relacionadas	6	19	19
Total do passivo não circulante		1.831	3.783
Patrimônio líquido			
Capital social	12.a	6.000	3.500
Prejuízos acumulados		(231)	-
Reservas de lucros		-	195
Total do patrimônio líquido		5.769	3.695
Total do passivo e patrimônio líquido		12.023	11.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
FB

DS
ELR

DS
AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	13	11.283	10.036
Custo dos serviços prestados	14	(7.269)	(5.513)
Lucro bruto		4.014	4.523
Despesas (receitas) operacionais			
Administrativas e gerais	14	(4.396)	(2.987)
Despesas tributárias		(89)	(184)
Outras receitas (despesas) operacionais		638	449
		(3.847)	(2.722)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		167	1.801
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	15	(813)	(528)
Receitas financeiras	15	1	6
		(812)	(522)
Resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social		(645)	1.279
Imposto de renda e contribuição social corrente	16.a	-	(281)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.a	219	(130)
Lucro (Prejuízo) do exercício		(426)	868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
FB

DS
ELR

DS
AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro (Prejuízo) do exercício		(426)	868
Outros componentes do resultado abrangente		-	-
Resultado abrangente do exercício		<u>(426)</u>	<u>868</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCN Suzano SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Resultado do exercício	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de lucros retidos			
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.500	-	-	(673)	-	1.827
Capital integralizado no exercício		1.000	-	-	-	-	1.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	868	868
Compensação com prejuízos acumulados		-	-	-	673	(673)	-
Reserva legal		-	10	-	-	(10)	-
Reserva de lucros retidos		-	-	185	-	(185)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		3.500	10	185	-	-	3.695
Capital integralizado no exercício	12.a	2.500	-	-	-	-	2.500
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(426)	(426)
Compensação de prejuízo do exercício com reserva de lucros retidos		-	-	(185)	-	185	-
Compensação de prejuízo do exercício com reserva legal		-	(10)	-	-	10	-
Saldo de prejuízo a compensar com resultados futuros		-	-	-	(231)	231	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		6.000	-	-	(231)	-	5.769

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
FB

DS
ELR

DS
AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	16	(645)	1.279
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização		1.196	866
Juros provisionados	8.b	755	502
		<u>1.306</u>	<u>2.647</u>
Redução (aumento) dos ativos operacionais			
Contas a receber		282	(989)
Despesas antecipadas		48	(34)
Impostos a recuperar		(148)	83
Outros ativos		104	(230)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores		(43)	1.291
Obrigações trabalhistas		117	45
Obrigações Tributárias		(18)	92
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	8.b	(572)	(356)
Pagamento de impostos		-	(276)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>1.076</u>	<u>2.273</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Acréscimo do imobilizado	7.b	(1.932)	(3.611)
Acréscimo do intangível		(19)	(8)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.951)</u>	<u>(3.619)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	8.b	-	700
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	8.b	(1.921)	(1.084)
Integralização de capital		2.500	1.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>579</u>	<u>616</u>
Aumento /(redução) líquido de caixa e equivalentes		<u>(296)</u>	<u>(730)</u>
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		552	1.282
No final do exercício	3	256	552
Aumento /(redução) líquido de caixa e equivalentes		<u>(296)</u>	<u>(730)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DS
FB

DS
ELR

DS
AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A PCN Suzano SPE S.A. (Companhia) é uma Sociedade Anônima de capital fechado especializada em soluções ambientais para a destinação final de resíduos industriais por meio do uso de tecnologia de incineração, situada na Av. Jorge Bei Maluf, 2.167 - Bairro Vila Theodoro, município de Suzano - SP, dentro das instalações industriais de propriedade da empresa Clariant S.A.

Os serviços se concentram em tratamento e disposição de resíduos perigosos e não-perigosos. A Companhia responsável pela destinação final dos resíduos Classe I gerados pela Clariant e de outras empresas de especialidades químicas e farmacêuticas, entre outras.

Em 2022, com uma mudança da estratégia comercial, foi possível obter melhoria do preço médio praticado com nossos clientes. Além da melhoria indicada, foram obtidas otimizações operacionais e o avanço no atendimento aos requisitos para certificações ISO 9001, 14001 e 4500. O projeto de implantação do sistema de destinação de resíduos por meio da tecnologia de gaseificação encontra-se em fase final de licenciamento ambiental. O respectivo projeto recebeu selo da SITAWI (objetivo deste Parecer Independente é prover uma opinião sobre o enquadramento como Título Verde ("Green Bond") da Emissão de Debêntures Simples).

Em 2023, é esperado dar continuidade nesta trajetória de resiliência e crescimento da empresa, com o início da construção do projeto de gaseificação, o qual disponibilizará ao mercado uma nova tecnologia para destinação final de resíduos industriais.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detém um saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras de R\$ 256 (R\$ 552 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, a Companhia apresentava capital circulante líquido negativo de R\$ 2.245 (R\$ 1.393 negativo em 31 de dezembro de 2021) e apresentou patrimônio líquido positivo no montante de R\$ 5.769 (R\$ 3.695 em 2021). A Companhia recebeu aporte de capital de seus acionistas na ordem de R\$ 2.500 no exercício de 2022 (R\$ 1.000 no exercício de 2021). A Administração prevê, conforme orçamento para o ano de 2023, geração de caixa operacional positiva para 2023, suficiente para o cumprimento de suas obrigações de curto prazo.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e, em conexão com o estágio das suas operações e expectativa de geração de caixa operacional da Companhia, concluiu que a Companhia possui recursos suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Covid-19

Em meados de março deste ano, iniciando-se as restrições de mobilidade humana preventiva aos impactos relacionados à pandemia decorrente do vírus COVID-19, recomendada pela Organização Mundial de Saúde e determinada pelas autoridades brasileiras, o cenário nacional e mundial para os negócios da Companhia apresentou significativas mudanças.

A Companhia avalia que os efeitos da Pandemia está em declínio gradual, e até a sua estabilização, está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus (COVID-19), reforçando os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), cancelando eventos internos e viagens, adotando meios eletrônicos de comunicação, dentre outras iniciativas. Tais medidas fizeram com que os índices de contágio se mantivessem baixos, preservando a saúde e as vidas dos nossos colaboradores e o impacto no desempenho operacional fosse reduzido.

Até o presente momento a Administração da Companhia não identificou impactos significativos decorrentes da COVID-19 em suas operações.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos contábeis do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

DS
FB

DS
ELR

DS
AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis --Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto em caso de certos instrumentos financeiros que são mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação.

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas explicativas da respectiva rubrica. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.3.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 16 de março de 2023.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia, e, também, a moeda de apresentação.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2022 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.



PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis --Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022--continuação

a) Alteração ao CPC 27 - "Ativo Imobilizado"

Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado.

b) Alteração ao CPC 25 - "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"

Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Companhia não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos.

As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.



PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

b) Alteração ao CPC 15 - "Combinação de Negócios"

As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos.

As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combination (equivalente ao CPC 15 (R1) - Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição.

As alterações também adicionam um novo parágrafo ao CPC 15 / IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros

A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros da Companhia durante o período.

DS FB DS ECR DS AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis --Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

- d) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

A alteração permite que uma subsidiária que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1 (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) mensurar as diferenças cumulativas de conversão usando os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para a IFRS, se nenhum ajuste foi feito para consolidação procedimentos e para os efeitos da combinação de negócios em que a controladora adquiriu a controlada. Esta alteração também se aplica a uma coligada ou joint venture que opte por aplicar o parágrafo D16(a) da IFRS 1. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. A Companhia não espera efeitos relevantes para as referidas normas.

- a) IFRS 17 - Contratos de Seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação.

Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. O objetivo geral da IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Essa norma não se aplica a Companhia.

DS FB DS ELR DS AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis --Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

b) Alteração ao CPC 26: Classificação de passivos como circulante e não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão nas demonstrações financeiras.

c) Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis --Continuação

2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras--Continuação

d) Alteração ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

e) Alteração ao IAS 12 - Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

DS
FB

DS
ELR

DS
AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis --Continuação

2.2. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Para fins de mensuração subsequente ativos financeiros são classificados como: i) ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ii) ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); iii) ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e iv) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, adiantamento a fornecedores e outros ativos.

DS
FB

DS
ELR

DS
AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis --Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Os instrumentos de dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros, a fim de coletar fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto (também referido como teste de "SPPI").

Em geral, os demais ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros detidos pela Companhia atualmente são reconhecidos do subsequentemente na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

i) Custo amortizado e método da taxa de juros efetiva

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis --Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Estão apresentadas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de atualização monetária ou variação cambial, quando aplicável, e segregados entre curto e longo prazos de acordo com o vencimento.

Quando julgado necessário pela Administração, é registrada a provisão estimada para créditos de liquidação de duvidosa, que é constituída com base na análise da perda esperada das contas a receber e em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, quando de sua realização.

DS
FB

DS
ELR

DS
AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis --Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros subsequentemente mensurados ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia e representa passivos financeiros que não sejam (i) contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantidos para negociação, ou (iii) designados ao valor justo por meio do resultado, são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva. Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos, inicialmente, pelo seu valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos-futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O método da taxa de juros efetiva é um método para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos de caixas futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos de transação e outros prêmios ou deduções), durante a vida estimada do passivo financeiro ou (quando apropriado) durante um período menor, para o custo amortizado do passivo financeiro.

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis --Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, resgatáveis até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

c) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida de acordo com as taxas descritas na Nota Explicativa nº 7 e consideradas pela Administração como a melhor estimativa de vida útil dos bens.

Os gastos com manutenção dos ativos da Companhia são alocados diretamente ao resultado do exercício, conforme são efetivamente realizados. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda.

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis --Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Provisões

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia possui obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e para que o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são quantificadas pelo desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

Aspectos ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas aos riscos ambientais, os quais são mitigados por procedimentos operacionais e controles internos. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas.

A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil, uma vez que não foram identificados eventos, autuações ou discussões relacionadas a passivos ambientais.

e) Tributos

Tributos sobre o lucro - correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

- (i) Imposto de renda pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$240;

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis --Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Tributos--Continuação

Tributos sobre o lucro - correntes--Continuação

- (ii) Contribuição social sobre o lucro líquido à alíquota de 9%: a Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com relação a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

Tributos sobre o lucro - diferidos

O imposto sobre a renda diferido (imposto diferido) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que estas diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

DS
FB

DS
ELR

DS
AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis --Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Tributos--Continuação

Tributos sobre o lucro - diferidos--Continuação

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e, quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Tributos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços exceto:

- Quando os impostos sobre serviços incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

f) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira conforme Reconhecimento da receita.

g) Receita de contratos

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem:

DS
FB

DS
ELR

DS
AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis --Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

g) Receita de contratos--Continuação

- (i) identificação do contrato com o cliente;
- (ii) a identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) a determinação do preço da transação;
- (iv) a alocação do preço da transação;
- (v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos serviços oferecidos aos clientes a qual é reconhecida na conclusão do tratamento e disposição de resíduos não-perigosos, conforme volumes e contraprestações estabelecidas nos respectivos contratos com clientes.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável.

h) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; (b) seu valor de uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo ("impairment"). Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente - Unidades Geradoras de Caixa - UGCs.

DS
FB

DS
ELR

DS
AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis --Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

h) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Continuação

As perdas por redução ao valor recuperável em bens do imobilizado e ativos intangíveis poderão ser revertidas em períodos futuros, desde que o valor contábil aumentado do ativo atribuível à reversão não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso não houvesse perda de valor recuperável reconhecida para os ativos nos anos anteriores. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou *impairment* para os ativos não financeiros.

i) Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

DS
FB

DS
ELR

DS
AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis --Continuação

2.2. Principais práticas contábeis--Continuação

i) Classificação circulante versus não circulante--Continuação

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

j) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período ou períodos posteriores, caso a revisão afete tanto o período presente como períodos futuros.

DS
FB

DS
ELR

DS
AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais políticas contábeis --Continuação

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis--Continuação

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7, a Administração da Companhia realiza anualmente a revisão da vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia avalia a necessidade de constituição de provisões de contingências com fundamento nos pareceres dos seus assessores jurídicos. A Companhia não apresenta demandas judiciais até o encerramento das demonstrações financeiras.

c) Risco de crédito

O risco de crédito da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais são avaliados e no encerramento das demonstrações financeiras não apresentou a necessidade de constituição de provisões.

DS
FB

DS
ELR

DS
AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e bancos	1	1
Aplicações financeiras	255	551
Total	<u>256</u>	<u>552</u>

Os saldos de bancos e aplicações financeiras auferem rendimentos a taxas flutuantes, sobre os saldos disponíveis em conta corrente, baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros médios de 98% do CDI no ano de 2022 (101% em 2021).

4. Contas a receber de clientes

a) Composição dos saldos por situação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços e vendas faturados	1.499	1.781
Total	<u>1.499</u>	<u>1.781</u>

b) Composição dos saldos por prazo de vencimento

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Valores a vencer	1.499	1.673
Valores vencidos:		
De 01 a 30 dias	-	104
De 31 a 60 dias	-	4
Total	<u>1.499</u>	<u>1.781</u>

A Companhia entende que todos os saldos vencidos serão recebidos no futuro, e diante disso, não foram provisionadas provisões para perda.





PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Impostos e contribuições a recuperar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ antecipação	99	-
CSLL antecipação	38	2
Outros	13	-
Total	<u>150</u>	<u>2</u>

6. Partes relacionadas

- (a) Ocasionalmente, a Companhia realiza compras ou realiza transações com partes relacionadas. Essas transações são realizadas sob os mesmos termos e condições de mercado. O saldo nos exercícios de 2022 e 2021, das transações ocorridas entre a Companhia e as partes relacionadas, são como segue:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aquisição de imobilizado		
Estudos e projetos industriais (i) (ii)	3.671	3.405
Outros (ii)	815	265
	<u>4.486</u>	<u>3.670</u>

- (i) A Companhia contratou a Carbogás Energia Ltda. para o desenvolvimento de uma nova planta industrial.
(ii) Os saldos transacionados conforme demonstrados acima encontravam-se liquidados ao final do exercício.

- (b) A companhia apresentava os seguintes saldos em 2022 e 2021 com partes relacionadas:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Passivo		
NGP Nova Geração Participações S.A. (i)	19	19
Total passivo não circulante	<u>19</u>	<u>19</u>

- (i) Refere-se a despesas da Companhia pagas pela controladora NGP Nova Geração Participações S.A.

- (c) Termos e condições de transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são efetuadas conforme contratos estabelecidos entre as partes e devidamente aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro.

- (d) Remuneração da Administração da Companhia

A remuneração paga aos administradores e diretores foi de R\$1.223 em 2022 (R\$1.093 em 2021).

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

a) A composição do ativo imobilizado da Companhia está demonstrada nas tabelas a seguir:

	% - Taxas dep. a.a.	Líquido 2022	Líquido 2021
Instalações	7	1.758	1.893
Móveis e utensílios	8	51	56
Equipamentos industriais	15	7.620	6.717
Computadores	20	49	60
Total		9.478	8.726

b) As movimentações do ativo imobilizado, estão demonstradas da seguinte forma:

	31/12/2021	Adições	31/12/2022
Instalações	2.260	13	2.273
Móveis e utensílios	69	-	69
Equipamentos industriais	8.619	1.912	10.531
Computadores	91	7	98
Custo do ativo imobilizado	11.039	1.932	12.971
Instalações	(367)	(148)	(515)
Móveis e utensílios	(13)	(5)	(18)
Equipamentos industriais	(1.902)	(1.010)	(2.912)
Computadores	(31)	(17)	(48)
(-) Depreciações acumuladas	(2.313)	(1.180)	(3.493)
Total imobilizado líquido	8.726	752	9.478

	31/12/2020	Adições	31/12/2021
Instalações	2.259	1	2.260
Móveis e utensílios	59	10	69
Equipamentos industriais	5.050	3.569	8.619
Computadores	60	31	91
Custo do ativo imobilizado	7.428	3.611	11.039
Instalações	(221)	(146)	(367)
Móveis e utensílios	(7)	(6)	(13)
Equipamentos industriais	(1.135)	(767)	(1.902)
Computadores	(16)	(15)	(31)
(-) Depreciações acumuladas	(1.379)	(934)	(2.313)
Total imobilizado líquido	6.049	2.677	8.726

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos e financiamentos

- a) A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia é demonstrada conforme tabelas a seguir:

Descrição	Correção	31/12/2022	31/12/2021
Capital de Giro 36 meses (i)	CDI + 4,40% a.a.	2.548	3.749
Capital de Giro 43 meses	CDI + 4,40% a.a.	1.020	1.346
Capital de Giro 36 meses	12,41% a.a	457	668
Total		4.025	5.763
Passivo circulante		2.213	1.999
Passivo não circulante		1.812	3.764
		4.025	5.763

- (i) A Companhia utilizou os recursos relativos ao Capital de Giro para aquisição dos ativos integrantes da planta de incineração da Companhia. O Capital de Giro não apresenta garantias reais.

- b) Movimentação sumária dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Valor
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.001
Captação de capital de giro	700
Amortização do principal	(1.084)
Provisão de juros	502
Amortização de juros	(356)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.763
Amortização do principal	(1.921)
Provisão de juros	755
Amortização de juros	(572)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.025

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía cláusulas restritivas nos contratos empréstimos e financiamentos atreladas a cumprimento de certos indicadores financeiros.

- c) Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas de longo prazo possuem os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	1.953
2024	1.812	1.811
Total	1.812	3.764

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores nacionais	1.507	1.549
Total	1.507	1.549
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Faixa de vencimento		
A vencer em até 30 dias	876	572
A vencer de 31 a 60 dias	71	165
A vencer de 61 a 90 dias	14	124
A vencer a mais de 90 dias	482	607
Vencidos	64	81
Total	1.507	1.549

10. Obrigações trabalhistas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Obrigações trabalhistas		
Salários a pagar	122	105
Contribuição previdenciária	75	58
Provisões férias	269	188
Outros	15	13
Total das obrigações trabalhistas	481	364

11. Obrigações tributárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Obrigações tributárias		
ISS faturamento	40	46
COFINS a recolher	79	100
PIS a recolher	17	22
Impostos e contribuições retidos na fonte	83	68
Outros	3	-
Total das obrigações tributárias	222	236

DS
FB

DS
ELR

DS
AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito é de R\$6.000, dividido em 6.000.000 (seis milhões) ações, todas ordinárias e sem valor nominal. Durante o exercício, foram subscritos e integralizados os aumentos de capital, por todos os acionistas e na proporção da participação acionária, no valor de R\$ 1.000, com emissão de 1.000.000 ações ordinárias, (AGE de 11 de abril de 2022) e R\$ 1.500, com emissão de 1.500.000 ações ordinárias (AGE de 30 de setembro de 2022), totalizando um aumento de R\$ 2.500 durante o exercício.

Acionistas	Ações Ordinárias	Participação %
NGP Nova Geração Participações S.A	3.000.600	50,01%
Carbogás Energia Ltda	600.000	10,00%
Pavut participações Ltda	2.399.400	39,99%
	<u>6.000.000</u>	<u>100,00%</u>

b) Reserva legal

Constituída ao percentual de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Em 2022, a Companhia compensou o saldo de R\$10, da reserva legal, com prejuízo apurado no exercício.

c) Distribuição de lucros

A distribuição de lucros obedecerá às destinações de seu estatuto social, o qual contém as destinações:

- 5% para reserva legal, limitado a 20% do capital social;
- 25% a título de dividendos mínimos obrigatórios.

Nos anos de 2022 e 2021, a Companhia não distribuiu dividendos.

DS
FB

DS
ELR

DS
AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Serviços prestados	13.007	11.569
(-) COFINS	(989)	(879)
(-) ISSQN	(520)	(463)
(-) PIS	(215)	(191)
Receita líquida total	11.283	10.036

Os serviços prestados são tributados às alíquotas de 4% para o ISS, 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS.

14. Natureza dos custos e despesas administrativas

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Mão de obra e encargos	(4.898)	(3.786)
Insumos	(1.690)	(1.283)
Serviços	(1.392)	(846)
Manutenção	(2.258)	(1.427)
Depreciação e amortização	(1.090)	(866)
Outros	(337)	(292)
Total de custos e despesas	(11.665)	(8.500)
Classificadas como		
Custo dos serviços prestados	(7.269)	(5.513)
Despesas administrativas e gerais	(4.396)	(2.987)
Total de custos e despesas	(11.665)	(8.500)

15. Resultado financeiro líquido

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras		
Juros ativos	-	3
Descontos obtidos	-	1
Receita aplicação financeira	1	2
Total das receitas financeiras	1	6
Despesas financeiras		
Tarifas bancárias	(2)	(2)
Juros por atraso e mora	(9)	(14)
Juros de empréstimos e financiamentos	(755)	(502)
Juros sobre antecipação de recebíveis	(47)	(10)
Total das despesas financeiras	(813)	(528)
Resultado financeiro líquido	(812)	(522)

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações financeiras com base nas alíquotas vigentes, observando os critérios estabelecidos pela legislação fiscal.

- a) A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social, apurados em 31 de dezembro de 2021

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(645)	1.279
Alíquota IR/CS nominal %	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social nominal	219	(435)
Outros	-	24
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	219	(411)
Imposto de renda corrente	-	(200)
Contribuição social corrente	-	(81)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(281)
Imposto de renda diferido	161	(96)
Contribuição social diferida	58	(34)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	219	(130)

- b) O crédito do imposto de renda e contribuição social diferidos foram movimentados nos anos de 2022 e 2021 da seguinte forma:

	IRPJ Diferido	CSLL Diferido	Ativo Diferido Total
Saldo em 31/12/2020	188	67	255
Compensação de PF / BCN	(97)	(34)	(131)
Saldo em 31/12/2021	91	33	124
Adição de PF / BCN	161	58	219
Saldo em 31/12/2022	252	91	343

A Administração, em decorrência da natureza dos saldos, avaliou que a realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos ocorrerá no curso normal dos negócios da Companhia, não havendo risco de não recuperabilidade dos saldos. A Companhia estima que o saldo do crédito diferido de IRPJ/CSLL será realizado conforme estimativa a seguir:

Ano	31/12/2022
2023	75
2024	80
2025 em diante	188
Total	343

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a) Considerações gerais e políticas

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, quando aplicável, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.

Aplicações financeiras

De acordo com a política de aplicações financeiras estabelecida, a Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, segundo avaliação do *rating* de crédito da contraparte em questão, percentual máximo de exposição por instituição de acordo com o *rating* e percentual máximo do patrimônio líquido do banco.

Contas correntes com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas são referentes à conta corrente com pessoas ligadas.

b) Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem aos riscos financeiros: (i) risco de mercado (taxa de juros); (ii) risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela diretoria da Companhia, sendo as políticas obrigatoriamente aprovadas pelos acionistas.

b.1) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros.

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco financeiro--Continuação

b.2) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos. A Administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas.

b.3) Análise de sensibilidade

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros e índices de correção monetária, sendo os principais instrumentos financeiros atrelados a tais índices demonstrados abaixo:

A Companhia realizou análise de sensibilidade para passivos financeiros expostos à variação de taxas de juros e indicadores financeiros. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos passivos financeiros, levando em consideração a exposição líquida desses instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2022, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2023, conforme detalhado abaixo:

Passivo financeiro exposto líquido: considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2023 ("cenário provável") e a taxa efetiva verificada no ano de 2022, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2022 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2023. Para as estimativas dos efeitos, considerou-se um aumento na taxa estimada para 2023 em 25% no cenário I e 50% no cenário II.

Indexador	Ativos financeiros		Passivos financeiros		
CDI	Aplicações financeiras		-		
CDI	-		Empréstimos e financiamentos		
Indicadores: em 31/12/2022	Passivo	Taxa	Taxa anual estimada para 2023	Variação entre taxas	Efeito
Cenário provável					
CDI + 4,40%	3.313	13,65%	11,75%	-1,90%	63
Cenário I					
CDI + 4,40%	3.313	13,65%	17,06%	3.41%	(113)
Cenário II					
CDI + 4,40%	3.313	13,65%	20,48%	6.83%	(226)

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

b) Gestão de risco financeiro--Continuação

Fatores de risco financeiro--Continuação

b.4) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado e em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, caixa e equivalentes de caixa.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Valor contábil	Total	Em até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos
Em 31 de dezembro 2021						
Contas a pagar aos fornecedores	1.549	1.549	1.549	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.763	5.763	1.999	1.953	1.811	-
Demais contas a pagar	600	600	600	-	-	-
Em 31 de dezembro 2022						
Contas a pagar aos fornecedores	1.507	1.507	1.507	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.025	4.025	2.213	1.812	-	-
Demais contas a pagar	703	703	703	-	-	-

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

b.5) Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil estejam próximos de seus valores justos.

DS FB DS ELR DS AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Gestão de riscos e instrumentos financeiros--Continuaçãob) Gestão de risco financeiro--Continuação*Fatores de risco financeiro--Continuação*b.6) Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e equivalentes de caixa	256	552
Empréstimos e financiamentos	(4.025)	(5.763)
Dívida líquida	(3.769)	(5.211)
Patrimônio líquido	5.769	3.695
Índice de endividamento líquido	0,65	1,41

b.7) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Cobertura de seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Riscos	Vencimento das apólices	Importância segurada
Responsabilidade civil geral	Out/2023	6.757
Garantia operacional	Mai/2023	6.016
Predial e instalações	Out/2023	7.239

As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram revisadas pelo nosso auditor independente.

19. Eventos subsequentes

a) Decisão do STF sobre “coisa julgada”

Em decisão tomada no dia 08 de fevereiro de 2023, por maioria simples, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

Exceto pelo evento subsequente acima, não ocorreram outros eventos entre a data das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nas demonstrações financeiras.

DS
FB

DS
ELR

DS
AGM

PCN Suzano SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DocuSigned by:

ANGELO GOMIDE MENDES

2E46319FDBED4E0...

Ângelo Gomide Mendes

Diretor presidente

DocuSigned by:

Edgar Cavalcanti Rivas

868F9B80341C46C...

Edgar Cavalcanti Rivas

Diretor Administrativo-financeiro

DocuSigned by:

Farley Vasconcelos Botelho

F121D101834344B...

Farley Vasconcelos Botelho

Contador - CRC/MG-084.315/O-8

* * *